



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Saúde

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Compras e Bens Comuns

Processo Administrativo: 20924-2026

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para aquisição dos bens, abaixo descritos, com fornecimento parcelado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Produto	Descrição:	Unidade	Quantidade	Valor unidade	Valor Total
1	789621	Carro de higienização - Carro Multifuncional de limpeza - Design prático e funcional, ideal para otimizar o transporte de itens diversos em diferentes ambientes. - Estrutura resistente e durável, garantindo longa vida útil e suporte para cargas variadas. - Bolsa amarela destacável que facilita a organização e o acesso rápido aos itens. - Fácil de manobrar, permitindo deslocamentos ágeis, seja em casa ou em eventos. - Compacto e leve, facilitando o armazenamento em espaços reduzidos. - Com três prateleiras, oferece amplo espaço para acomodar diversos objetos. - Inclui saco e tampa, proporcionando proteção e discrição ao transportar itens. - Altura aproximada da embalagem de 99 cm, largura de 69 cm e comprimento de 24 cm, com peso total de 2275 g, tornando-o prático para o dia a dia. Garantia: Mínimo de 12 meses a contar da entrega. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação	Unidade	40	750,00	30.000,00
2	789624	Container plástico com rodízios e tampa - cor preta – comum -Produzido em polietileno de alto impacto com proteção UV, pode ser utilizado em ambientes externos, sob efeito de sol, chuva e poluição, sem sofrer desgaste por essa exposição. COR PRETA. LIXO COMUM. Dimensões aproximadas: • Altura de 100cm; • Largura de 55cm; • Comprimento de 75 cm; Capacidade mínima de 240 l Garantia: Mínimo de 12 meses a contar da entrega. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação	Unidade	40	555,51	22.220,40
3	789625	Container plástico com rodízios e tampa - cor azul – reciclável- Produzido em polietileno de alto impacto com proteção UV, pode ser utilizado em ambientes externos, sob efeito de sol, chuva e poluição, sem sofrer desgaste por essa exposição. COR AZUL. LIXO RECICLÁVEL. Dimensões aproximadas: • Altura de 100cm; • Largura de 55cm; • Comprimento de 75 cm; Capacidade mínima de 240 l Garantia: Mínimo de 12 meses a contar da entrega. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação	Unidade	40	415,00	16.600,00
4	789626	Container plástico com rodízios e tampa - cor branca infectantes - Produzido em polietileno de alto impacto com proteção UV, pode ser utilizado em ambientes externos, sob efeito de sol, chuva e poluição, sem sofrer desgaste por essa exposição. COR BRANCA. LIXO INFECTANTE. Dimensões aproximadas: • Altura de 100cm; • Largura de 55cm; • Comprimento de 75 cm; Capacidade mínima de 240 l Garantia: Mínimo de 12 meses a contar da entrega. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação	Unidade	40	555,51	22.220,40
5	789663	Lixeira inox com pedal- Inox com tampa e pedal, capacidade, 100 litros. Garantia: 12 meses de Garantia a contar da entrega do produto. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação	Unidade	150	400,00	60.000,00
6	789633	Lixeira sem pedal e sem tampa inox - Inox sem tampa e pedal, capacidade 100 litros Garantia: 12 meses de Garantia a contar da entrega do produto. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação	Unidade	100	117,99	11.799,00
7	122751	Suporte e álcool gel/ sabonete líquido - Suporte de álcool gel ou sabonete líquido material. Confeccionado em plástico de alta resistência na cor Branca. Capacidade aproximada 400ml. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação. Deve incluir kit de parafuso e bucha para instalação e chave de abertura do dispenser.Garantia de Fábrica mínima de 12 meses. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação.	Unidade	500	35,63	17.815,00
8	257135	Porta papel higiênico - Dispenser para rolo de papel higiênico de parede com capacidade de até 500m. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: - Altura: 27cm - Largura: 26 cm - Comprimento: 12,5 cm - Peso: 570g - deve	Unidade	250	12,21	3.052,50

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

(P)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Saúde

		vir com bucha, Deve incluir kit de parafuso e bucha para instalação e chave de abertura do dispenser cor:branca Garantia de Fábrica mínima de 12 meses. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação				
9	272135	Porta papel toalha - Dispenser de papel toalha. Confeccionado em plástico de alta resistência ao impacto. Dimensões aproximadas 22 x 21 x 7,62 cm; Deve incluir kit de parafuso e bucha para instalação e chave de abertura do dispenser cor: branca Garantia de Fábrica mínima de 12 meses. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação.	Unidade	500	25,50	12.750,00
10	789277	Suport e para descar pack + - 1 Suporte para Coletor de Metal Descarpack 13 Litros. Garantia de Fábrica mínima de 12 meses. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação.	Unidade	100	26,98	2.698,00
11	789643	Quadro informativo de cortiça - Formato Retangular Tipo de material e revestimento: Cortiça Tamanho: 40x30cm Deve incluir kit de parafuso e bucha para instalação. Garantia de Fábrica mínima de 06 meses. Apresentar catálogo técnico do produto para apreciação	Unidade	50	187,00	9.350,00
12	116122	Escaninho - Modelo organizador escaninho articulável transparente mesa escritório. Dimensões: 18,4cm x 26,6 cm x 51,5 cm. Material: Acrílico. Tipo de organizador: horizontal.	Unidade	150	44,00	6.600,00
						RS 215.105,30

1.2. Os bens têm natureza comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei 14.133/2021 e não se enquadram como sendo de bens de luxo, conforme Decreto Municipal 19.710, de 24/01/2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **RS 215.105,30** (duzentos e quinze mil cento e cinco reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima (item 1.1).

1.5. O regime de execução contratual será o de contratação por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Conforme o Documento de Formalização de Demanda, a contratação deve ser realizada em razão da necessidade de aquisição de mobiliário, equipamentos médicos, mobiliário hospitalar, aparelhos eletrônicos, instrumentais e equipamentos de tecnologia para as 34 Unidades Básicas de Saúde e novas reformas, ampliações e construções de UBS em fase de finalização no município de Rio Grande.

2.2. Há plano de contratação anual para uma parcela dos itens desse estudo técnico preliminar. Mas considerando que são construções de novos estabelecimentos de saúde alguns itens necessários para o pleno funcionamento das unidades de saúde não estavam previsto no PCA vigente. Dessa forma justifica-se a aquisição de todos os itens desse ETP considerando que a previsão de inauguração dessas unidades é para o ano de 2026 e o PCA vigente usa como base o ano anterior.

2.3. Em razão de os bens possuem natureza comum, amplamente comercializados por diversas entidades empresárias a admissão de consórcio atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval do Município, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pelo Município. Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

(P)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Saúde

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de diversos materiais hospitalares, incluindo insumos, itens descartáveis, equipamentos e acessórios, conforme especificações deste Termo de Referência, visando atender às demandas das unidades de saúde e garantir a continuidade dos serviços assistenciais.

3.2. Não há parâmetros de estimativa para o atual exercício.

3.3. Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente, os valores estimados encontram-se anexados ao processo.

3.3.1. Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa, efetuadas com base no Decreto Municipal 19.706, de 19/01/2023, que regulamentou a Pesquisa de Preços, conforme anexo cotação.

ITEM	FORNECEDOR	VALOR	DATA
Material hospitalar	Plataforma Banco de Preço Estimado	R\$ 215.105,30	20/04/2026

3.4. Vislumbra-se que o valor é compatível, com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal 19.706/2023.

3.5. As memórias de cálculo, bem como os documentos que lhe dão suporte estão anexados, no processo administrativo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. São as previstas no instrumento contratual.

4.2. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

a) os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

b) observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.5 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.6.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

(P)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Saúde

uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.6.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.6.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.6.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.6.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até dez (10) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.6.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.6.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.6.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.6.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.6.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias corridos**, contados do envio da Nota de Empenho e do seu Anexo.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada na Ordem de Fornecimento, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:
Endereço, rua Almirante Barroso, 83 CEP: 96200-380. Rio Grande – RS

5.3. No caso de equipamentos, o equipamento entregue deverá estar em perfeitas condições de uso, com certificado de calibração vigente e dentro do prazo de validade da calibração fornecida pelo fabricante, garantindo sua precisão e conformidade técnica.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme disposto no Decreto Municipal

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

(P)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Saúde

19.707/2023.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o Município e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

6.7. Somente o Contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.7.1. A inadimplência do Contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, pelo Fiscal Técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes, neste Termo de Referência e na proposta, juntamente com a nota fiscal.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. O recebimento definitivo cabe ao Gestor do Contrato ou Comissão por ele designada, conforme art. 22 do Decreto Municipal 19.707, de 19/01/2023.

7.5. O recebimento definitivo ocorrerá em até de 30 (trinta) dias úteis, a contar da total execução do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

(P)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Saúde

ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. As demais informações acerca do pagamento, constam no instrumento contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob a forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**, visando garantir a aquisição futura parcelada conforme a necessidade da Administração.

8.1.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, pois a quantidade prevista foi feita com base em planejamento do setor requisitante e que é suficiente para nossa demanda anual com pequena margem para possível emergência.

8.2. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os requisitos de habilitação, bem como apresentar as Declarações.

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

(P)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Saúde

força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Por se tratar de procedimento para Registro de Preços, sem obrigação de contratação imediata, não há necessidade de indicação de dotação orçamentária nesta fase.

9.2. A dotação orçamentaria será indicada oportunamente, quando da formalização dos contratos ou emissão das notas de empenho decorrentes da futura contratação.

Joana Michaello
Núcleo de Compras

Juliana Acosta Santorum

Secretário(a) de Município de Saúde.

Município do Rio Grande/RS, 01 de junho 2026

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!